

—☆ continuação

6. Intangível: Contrato de gestão

Direito de uso	20%	33.923	(33.923)	—	33.923	(29.380)	4.543
Software	20%	11.500	(11.500)	—	11.500	(11.500)	—
		45.423	(45.423)	—	45.423	(40.880)	4.543

		2016		2015
		Custo	Amortização	Líquido
		33.075	—	33.075
	20%	83.476	(22.582)	60.894
		116.551	(22.582)	93.969

7. Fornecedores:

	2016	2015
Materiais e medicamentos	422.432	490.188
Serviços	267.223	683.472
Serviços médicos	1.761.991	1.244.465
	2.451.646	2.418.125

8. Obrigações Trabalhistas:

	2016	2015
Obrigações trabalhistas	635.097	564.995
Provisão férias	959.257	997.441
Provisão PIS s/férias	9.590	9.974
Provisões FGTS s/férias	76.738	79.795
	1.680.682	1.652.205

9. Receitas Diferidas:

O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2016, refere-se à entrada do imobilizado

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

com o contrato de gestão no hospital em 2010, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2016	2015
Imobilizado - contrato de gestão	2.799.679	2.799.679
Intangível - contrato de gestão	45.422	45.422
Depreciação acumulada	(1.752.940)	(1.469.409)
Total imobilizado/intangível líquido	1.092.161	1.375.692
Receita diferida	1.092.161	1.375.692

10. Ajustes Exercícios Anteriores: O ajuste de exercício anterior, demonstrado em 31/12/2016, no valor de R\$ 622.173, refere-se à baixa de serviços compartilhados e acertos de provisão de impostos.

11. Isenções Usufruidas: Como entidade beneficente, sem fins lucrativos, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH não distribui parcela de seu patrimônio, ou de

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com o dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. O valor da isenção do recolhimento da CONTRIBUIÇÃO PATRONAL sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.

Descrição	2016	2015
Isenção das contribuições previdenciária	2.874.426	2.562.056
COFINS	1.170.720	1.170.718
	4.045.146	3.732.774

12. Seguros:

O Instituto mantém contratos de seguros, por medidas preventivas em valor considerado pela administração, suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

Joaquim Wellington Fonseca Júnior

Diretor Executivo - CPF: 293.696.828-30

Silvana Borges Gonçalves

Contadora - CRC CT - PA - 019454/O-7

representações falsas intencionais. ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 31 de março de 2017. Maion & Oliveira, Auditores Independentes S/S. CRC - 2PA 0262/T-9. José Aparecido Maion - Contador - CRC 1-SP-117.681/O-3; Reginaldo Caboatan - Contador - CRC 1-SP-206.149/O.